

PERSPETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM TEMPO DE PANDEMIA COVID-19: Relatos de uma experiência

Ana França Kot-Kotecki¹, Guida Mendes² & Valdemar Sousa³

¹ Centro de Investigação em Educação, Universidade da Madeira, Portugal.
anak@staff.uma.pt

² Centro de Investigação em Educação, Universidade da Madeira, Portugal.
grmendes@staff.uma.pt

³ Centro de Investigação em Educação, Universidade da Madeira, Portugal.
valdemar.sousa@staff.uma.pt

Introdução

O contexto de pandemia de COVID-19 trouxe diversos desafios à sociedade, em todas as suas partes integrantes. A área da educação formal, através das escolas e dos seus atores, não ficou alheia a tais desafios. O presente artigo decorre de um estudo enquadrado no Centro de Investigação em Educação, da Universidade da Madeira, cujo enfoque consiste em compreender as perceções dos Educadores cooperantes do curso de Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo da Universidade da Madeira, no ano letivo 2020/2021, acerca dos impactos da pandemia de COVID-19 nas suas práticas pedagógicas. Para o efeito, pretende-se comparar as práticas de Educação de Infância, na situação prévia à e durante a pandemia de COVID-19, entender as suas estratégias de adaptação a este cenário e recolher a percepção destes, face aos comportamentos das crianças dos seus grupos. Para tal, utilizámos um inquérito por questionário online, cujas respostas apontam para alguns constrangimentos, com relevo para a ação pedagógica, as atitudes e comportamentos das crianças.

Em tempo de pandemia de COVID-19

O filósofo sul coreano Byung-Chul Han (2020) reflete, brevemente, sobre o impacto das medidas de combate à pandemia de COVID-19. A resposta a este coronavírus expôs as fragilidades e fez questionar a utilidade de várias instituições sociais, afinal, o que salvou vidas foram máquinas e pessoal médico, não a educação. De facto, no contexto pandémico, o ser humano tornou o ato de viver num processo meramente biológico a ser mantido; a vida passou a ser mais um processo mensurável, sem narratividade, sem sentido (Han, 2020).

Na interrupção da vida “normal”, para o processo de sobrevivência, a sociedade abdicou do que lhe dava prazer, da liberdade, da valorização da vida e até dos direitos fundamentais. No ano letivo de 2020/2021, os educadores de infância e os professores dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico estiveram a lecionar presencialmente, durante todo o ano letivo, apenas com interrupções obrigatórias por suspeita ou sinalização de contágio por COVID-19. Com a reabertura das Creches e Jardins de Infância na RAM, a 1 de junho (Resolução n.º 351/2020), foram determinadas várias medidas de prevenção para o contágio com COVID-19 (registadas, e.g. na Orientação n.º 25/2020, da Direção Geral de Saúde).

O ano letivo de 2020/2021, iniciou-se segundo o regime presencial para todos os estabelecimentos de educação, seguindo as mesmas medidas previamente determinadas. Estas orientações foram atualizadas na RAM pelos Ofícios Circulares n.º 78/2020, de 21 de julho, e n.º 94/2020, de 14 de setembro. O primeiro destes define uma série de medidas para “garantir a estabilidade da ação educativa e pedagógica nos estabelecimentos de educação e ensino” (p. 1), tendo em conta a incerteza da progressão da pandemia. Dependendo da avaliação das autoridades nacionais e regionais de saúde, o mesmo Ofício Circular ainda prevê que se os princípios e orientações pedagógicas que estabelece poderão ser alterados, conforme a evolução da pandemia de COVID-19, algo que aconteceu com o Ofício Circular n.º 94/2020, de 14 de setembro.

Uma leitura destes documentos e respetivos anexos permite selecionar um conjunto de medidas pedagógicas ou com impacto pedagógico mais relevantes para estes estabelecimentos, no ano letivo de 2020/2021:

- as atividades letivas podem decorrer em três regimes: presencial (onde os vários atores educativos estão em contacto direto, no mes-

mo espaço físico); misto (onde os vários atores educativos contactam diretamente, no mesmo espaço físico, e num espaço virtual/online, e/ou desenvolvem trabalho autónomo); não presencial (assente num plano de educação/ensino a distância, onde os vários atores educativos contactam num espaço virtual/online, síncrono ou assíncrono);

- o mesmo ofício privilegia o regime presencial das atividades educativas, mas sugere que se delineiem, preventivamente, outras formas de ação pedagógica, nos outros regimes educativos (misto e a não presencial — online);
- alargar o horário de funcionamento dos estabelecimentos educativos, se necessário;
- organizar de forma flexível os espaços — atribuindo um único espaço por grupo, dentro do possível mais amplos e arejados, procurando promover a circulação do ar;
- adequar os horários, as atividades, das rotinas e dos materiais e equipamentos escolares, cumprindo as orientações das autoridades de saúde;
- desfasar os horários de utilização dos espaços partilhados (como refeitórios) para que os grupos de crianças não contactem uns com os outros;
- promover a recuperação, consolidação e desenvolvimento das aprendizagens previstas para o ano letivo de 2020/2021 (tendo em conta as Orientações Pedagógicas para a Educação Pré-Escolar).

Anteriormente, em maio, já haviam sido decretadas outras medidas (Orientação n.º 25/2020, da Direção Geral de Saúde), que foram adaptadas ao contexto da RAM e se mantiveram, a saber:

- redação, divulgação e aplicação de um Plano de Contingência, por escola, onde se definam procedimentos a adotar na situação de suspeita de casos de infeção por COVID-19;
- sugestão de medição da temperatura corporal à entrada do estabelecimento de educação;
- utilização obrigatória de máscaras para todos os que permaneçam nos estabelecimentos de educação e ensino — exceto as crianças até aos 6 anos;
- higienização constante das mãos através de lavagem ou solução an-

- tisséptica de base alcoólica, distanciamento físico e manutenção da etiqueta respiratória;
- suspensão de quaisquer ajuntamentos com um número alargado de pessoas;
 - controle da entrada de pessoas externas aos estabelecimentos de educação e ensino;
 - criação de circuitos de circulação no interior das instalações educativas, por forma a evitar o cruzamento entre pessoas;
 - evitar o contacto social entre grupos de crianças e de educadores;
 - desinfeção dos materiais antes e depois da utilização (e.g. bancada de mudança de fraldas);
 - uso de equipamentos facilmente higienizáveis, preferencialmente individual, evitando o uso daqueles que contribuam para o contágio com o coronavírus;
 - desencadear atividades com recurso a tecnologias digitais (em detrimento de materiais que permitam o contágio pelo coronavírus);
 - evitar levar brinquedos ou objetos desnecessários para os estabelecimentos educativos;
 - evitar a permanência das crianças no estabelecimento de educação, além do estritamente necessário;
 - uso de calçado exclusivo para o estabelecimento educativo, por parte dos vários atores educativos;
 - promover atividades com pequenos grupos de crianças, preferencialmente, em espaços abertos e ao ar livre;
 - adaptar as atividades de Educação Física ou outras atividades que impliquem contacto físico conforme as orientações das autoridades de saúde e a evolução epidemiológica.

Aos educadores de infância também foi pedido que estivessem atentos “ao bem-estar das crianças e responder às necessidades emocionais, físicas e cognitivas das mesmas, uma vez que o desenvolvimento e a aprendizagem são indissociáveis” (Anexo 2 do Ofício Circular n.º 94/2020, de 14 de setembro, p. 8). O mesmo anexo estabelecia que as equipas pedagógicas e diversos assistentes educativos não descurassem a relação que as crianças estabelecem consigo, uma das bases da sua aprendizagem e desenvolvimento, procurando dialogar com as crianças sobre as mudanças que estavam a decorrer. Através deste diálogo, educariam para as novas regras de convivência social, para as mudanças na forma de interação entre pares e

com adultos, para o desenvolvimento de atividades e projetos segundo estas novas regras.

As Vozes dos Educadores de Infância

As vozes dos educadores de infância são consideradas fundamentais na investigação em educação, sobretudo no campo específico da Educação de Infância (EI), pois são estes que estão em contacto direto com as crianças neste nível educativo. Por maioria de razão, estes profissionais, têm uma visão particular, fruto do seu desenvolvimento pessoal e profissional (Goodson, 2008), sobre as necessidades e interesses das crianças, suas dificuldades e competências, bem como sobre as estratégias pedagógicas que se adequam a estas crianças.

Nesse sentido, ao incluir as vozes dos educadores de infância na investigação em educação, é possível obter uma compreensão mais completa sobre as experiências de aprendizagem e perspetivas das crianças em idade de EI e, assim, desenvolver políticas e práticas de educação mais eficazes, garantindo que sejam baseadas em evidências sólidas e se constituam como “capital narrativo” (Goodson, 2015, p. 10) para apoiar o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças em contextos de EI.

Com efeito, os educadores de infância têm um conhecimento especializado sobre o que é necessário para garantir o bem-estar das crianças e de como estas aprendem e se desenvolvem em ambientes educativos formais e informais de aprendizagem. As suas narrativas podem contribuir, significativamente, para o avanço do conhecimento no campo da EI.

Existem várias metodologias pelas quais as vozes dos educadores de infância podem ser incluídas na investigação, a saber: participar em grupos focais ou entrevistas de cariz etnográfico; responder a questionários — com questões fechadas ou abertas —; observação direta das interações entre os educadores e as crianças; observação das práticas e estratégias pedagógicas utilizadas. Na certeza, porém, de que é fundamental garantir que os educadores sejam ouvidos e que as suas opiniões sejam valorizadas na investigação, de modo que possamos obter uma compreensão mais holística e aprofundada sobre a EI, numa “abordagem sistémica e ecológica” (Silva et al., 2016, p. 22) do ambiente educativo.

Goodson (2015) defende que os docentes devem estar capacitados a participar ativamente, contribuindo com as suas ideias e perspetivas para a

investigação. Isto pode incluir, além da recolha de informações, a própria análise de resultados. Além disso, a participação, por exemplo dos educadores de infância na investigação, pode ajudá-los a desenvolver, reflexivamente, a sua própria prática pedagógica e, conseqüentemente, melhorar a qualidade da EI.

O educador de infância pode, assim, contribuir com valiosas narrativas sobre o impacto da pandemia na vida das crianças e suas famílias e de como as suas práticas pedagógicas foram ajustadas para melhor atender às necessidades emergentes deste período singular, nomeadamente de como as crianças reagiram às mudanças do seu quotidiano na EI e como garantiram que as crianças estivessem seguras neste contexto educativo durante a pandemia. Com isso, estamos em crer, que podem ajudar a emergir novas estratégias pedagógicas, como a aprendizagem remota e híbrida, para discutir os desafios, constrangimentos e benefícios dessas (novas) abordagens educativas.

Ao partilhar, em primeira mão, as suas experiências e perspetivas, os educadores de infância contribuem para sustentar decisões sobre como melhorar a EI em tempos adversos e como preparar melhor o sistema educativo para lidar com futuras situações de crise imprevistas.

Face ao exposto, as vozes dos educadores de infância são essenciais para entender como a pandemia COVID-19 afetou as crianças, suas famílias e as práticas pedagógicas em contexto de EI, uma vez que estas mudaram rapidamente e muitos educadores de infância lidaram e (ainda) estão a lidar com novas e desafiadoras realidades no contexto de EI.

Questões de estudo e procedimentos metodológicos

Os dados deste estudo foram recolhidos através de um inquérito por questionário online, formado por questões abertas. Para além dos dados biográficos dos educadores de infância, o questionário incluía perguntas sobre as medidas de prevenção de infeção pelo SARS-CoV-2 nos grupos de crianças dos educadores, sobre as alterações às práticas pedagógicas usuais devido à prevenção da pandemia, sobre as mudanças de comportamentos/ atitudes detetadas nas crianças e educadores de infâncias— distintas das que tinham antes do período de pandemia.

Os participantes foram convidados a responder ao questionário, em virtude de serem educadores de infância cooperantes do curso de Mestrado

em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo da Universidade da Madeira. Ao longo do processo de investigação, foi garantido o respeito pelas boas práticas no campo da investigação científica a nível internacional, e pelo Código de Ética da Universidade da Madeira, confirmando a qualidade do processo investigativo, aprofundando a confidencialidade dos dados, o consentimento informado, o assentimento dos participantes e a utilização dos dados recolhidos somente para fins de investigação.

As respostas recolhidas foram objeto de uma análise de conteúdo temática (Ghiglione & Matalon, 1993), tendo-se optado por realizar uma categorização emergente, com base no critério semântico (Lima, 2013), permitindo “fazer inferências por identificação sistemática e objetiva das características específicas de uma mensagem” (Esteves, 2013, p. 108).

Caracterização dos respondentes

Ao inquérito por questionário deste estudo responderam 8 educadores de infância cooperantes. Eram todos do género feminino, sendo que 2 educadores tinham idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos (e experiência de 10 a 20 anos de serviço); 4 tinham idades compreendidas entre os 40 e os 50 anos (e experiência de 20 a 30 anos de serviço) e 2 tinham idades compreendidas entre os 50 e os 60 anos (e experiência de 30 a 40 anos de serviço).

Questões e análise de dados

Quanto à primeira questão formulada, *Quais foram as medidas de prevenção e controlo da pandemia de COVID-19, que implementou junto do seu grupo de crianças no Jardim de Infância/Pré-Escolar, no ano letivo 2020-2021?*, das suas respostas emergiu a categoria “Implementação de medidas baseadas nas orientações da DGS”. Nesta, codificaram-se 49 unidades de registo, a partir de 13 indicadores (conforme a Tabela 1). Salienta-se que os educadores auscultados referem com grande frequência (12 unidades de registo) a medida de prevenção e controlo da pandemia de COVID-19 “Distanciamento entre os atores educativos”, seguida das medidas de “Lavagem/desinfecção frequente das mãos e de materiais pedagógicos” (com 10 e 7 unidades de registo, respetivamente) e o “uso obrigatório da máscara pelos adultos” (6 unidades de registo). Outras

medidas mencionadas, mas com menor frequência, concernem ao controle da entrada de pais/encarregados de educação nas escolas (3 unidades de registo) à medição diária de temperatura corporal das crianças à entrada na instituição educativa (3 unidades de registo). No discurso das educadoras de infância, verificou-se menor frequência na referência a medidas relativas a trazer ou desinfetar objetos ou vestuário trazido de casa.

No que concerne à questão: *Tomando como referência as suas práticas pedagógicas habituais, ou seja, as que usava antes da pandemia de COVID-19, diga quais as alterações que introduziu nessas práticas durante ano letivo de 2020-2021?*, emergiu a categoria “Medidas de intervenção pedagógica dos educadores de infância” a partir da qual se identificaram 26 unidades de registo, subdivididas em 8 indicadores (de acordo com a Tabela 2). De entre estes, as educadoras auscultadas referiram, com maior frequência, medidas de intervenção pedagógica realizadas em grupo com as crianças, mas com distanciamento físico, ou a realização de medidas individuais (com um total de 9 unidades de registo), restrições no uso ou retirada de materiais partilhados (6 unidades de registo). Categorizaram-se, ainda, 4 expressões relativas à sensibilização para os riscos de contágio com coronavírus e para as alterações às rotinas diárias, a redução na intervenção das famílias das crianças na instituição (2 unidades de registo) e o uso de imagens e filmes para exploração de temáticas (2 unidades de registo). Destacou-se, ainda, 1 unidade de registo de uma educadora que mencionou, por estar a trabalhar numa sala de bebés, não ter introduzido quaisquer alterações nas suas práticas pedagógicas.

A partir das respostas à terceira questão, *Em relação às crianças do seu grupo: que comportamentos/atitude detetou nas crianças que considera serem distintas das que estas tinham antes da pandemia de COVID-19?*, emergiu a categoria “Fragilização das relações interpessoais das crianças” (cujos valores de frequência constam na Tabela 3), a partir da qual se se codificaram 21 unidades de registo, subdivididas em 5 indicadores. Destaca-se que os educadores auscultados referem com grande frequência (9 unidades de registo) expressões sob o indicador “Crianças mais medrosas” e, com 5 unidades de registo, expressões enquadráveis no indicador “Crianças perderam alguma espontaneidade”. Ainda se contabilizaram unidades de registo relativas a outras alterações de comportamento (“Crianças mais individualistas” e “Crianças mais carentes”, com 3 unidades de registo cada). Salienta-se 1 unidade de registo de uma educadora que mencionou, por estar a trabalhar numa sala de bebés, não ter notado alterações de comportamento.

Indicadores	Exemplos de unidades de registo	Frequência
Distanciamento entre os atores educativos	"Foi colocada sinalética em todo o recinto escolar de forma a evitar o cruzamento de grupos."; "Rotinas diárias desfasadas dos outros grupos vizinhos"; "(...) cumprimentos apenas com os cotovelos ou punhos"	12
Lavagem/desinfecção frequente das mãos	"Desinfecção das mãos (...); "lavar as mãos e desinfetar com mais frequência"	10
Desinfecção dos materiais pedagógicos e espaços	"Desinfecção frequente dos materiais."; "(...) higienização dos materiais lúdicos após utilização"	7
Uso de máscara pelos adultos	"(...) uso de máscara por todos os elementos da equipa"	6
Controlo da entrada dos pais/encarregados de educação na instituição educativa	"A família não frequentava as salas de atividades."; "Os pais deixaram de entrar no estabelecimento"	3
Medição diária de temperatura corporal das crianças à entrada na instituição educativa	"Foi medida a temperatura diariamente a todas as crianças"	3
Uso de calçado exclusivo na instituição educativa, por parte das crianças	"Troca de calçado"	2
Uso individual de materiais, por parte das crianças	"Separação de materiais de expressão plástica e uso individual destes."	1
Aplicação das medidas do Plano de Contingência na instituição educativa	"Mantive as disposições de prevenção e controle da pandemia covid-19 em vigor no plano de contingência da escola"	1
Desinfecção dos objetos vindos de casa	"O material indispensável (roupa e lençóis) vinham em sacos de plástico e eram desinfetados no momento da chegada"	1
Proibição de trazer brinquedos de casa	"Não podiam entrar na escola objetos (brinquedos) trazidos de casa"	1
Desinfecção do calçado à entrada da instituição educativa	"À entrada na escola (...) limpeza dos pés"	1
Arejamento da sala	"Houve mais preocupação em (...) arejar a sala."	1
Total de unidades de registo		49

Tabela 1 – Valores de frequência da categoria Implementação de medidas baseadas nas orientações da DGS.

Indicadores	Exemplos de unidades de registo	Frequência
Realização de atividades em grupo, com distanciamento físico, ou individuais	"Fazer 'rodas' sem dar as mãos"; "(...) realizar jogos em grupo, mas com ações individuais"; "Os recreios passaram a efetuar-se num espaço fixo e sem junção de grupos (um único grupo por espaço)"; "Falta de liberdade de movimentação nos diferentes espaços pedagógicos"; "Jogos lúdicos individuais"; "brincadeiras ao ar livre em espaços delimitados"	9
Restrições no uso ou retirada de materiais partilhados	"(...) não partilhar materiais e recreios"; "Foram retirados da sala todos os materiais didáticos que não podiam ser desinfetados (ex. puzzles de cartão, cartas, etc.)"; "restrição no manuseamento de jogos"; "restrição no manuseamento de (...) materiais de expressão plástica, em trabalhos coletivos"; "não partilhar materiais"	6
Sensibilização para os riscos de contágio com coronavírus e para as alterações às rotinas diárias	"(...) mais conversas informais sobre contágios de vírus e medidas de proteção"; "Procurei sensibilizar para (...) os cuidados a ter na rotina diária em todo o recinto escolar de forma a prevenir contágios."	4
Recurso a imagens e filmes para exploração de temáticas	"Visionamento de vídeos"; "uso de mais imagens e pequenos filmes para exploração de temáticas"	2
Relação Instituição-Família	"Neste período os pais deixaram de ser convidados a participar em atividades desenvolvidas na sala."; "A interação com os pais foi muito mais reduzida, essencialmente, através de email e videoconferência."	2
Evitou visitas pedagógicas fora da instituição educativa	"Nenhumas saídas à rua, fora do estabelecimento"	1
Falar mais pausadamente	"Falar de forma mais pausada para que o grupo tivesse maior perceção, devido ao uso da máscara"	1
Sem alterações nas práticas pedagógicas	"Dentro da sala, ao trabalhar com bebés, não houve grandes alterações. Permiti sempre o contacto e as brincadeiras normais entre as crianças do meu grupo."	1
Total de unidades de registo		26

Tabela 2 - Valores de frequência da categoria Medidas de intervenção pedagógica dos educadores de infância.

Indicadores	Exemplos de unidades de registo	Frequência
Crianças mais medrosas	"Não quero ficar doente... não quero morrer"; "medo..."; "Maior preocupação com a Higienização das mãos"; "Maior preocupação (...) se alguém colocava alguma coisa na boca ou se espirrava e não colocava o antebraço para proteger."; "notícias assustadoras"	9
Crianças perderam alguma espontaneidade	"Mais controladas"; "menos espontâneas"; "As crianças perderam o hábito de abraçar"; "As crianças estavam menos comunicativas"; "(...) a nível dos afetos (beijinhos)"	5
Crianças mais individualistas	"Crianças mais isoladas nas brincadeiras"; "(...) crianças mais individualistas"	3
Crianças mais carentes	"Mais carentes de afeto"; "mais chorosas à entrada" "insatisfação"	3
Sem alterações nos comportamentos/attitudes	"Como eram bebés aquando do início da pandemia, não foram notórias alterações de comportamento"	1
Total de unidades de registo		21

Tabela 3 - Valores de frequência da categoria Fragilização das relações interpessoais das crianças.

Por fim, relativamente à questão *Em relação a si: que comportamentos/attitudes teve durante o período de pandemia de COVID-19, no seu desempenho profissional, que considere serem distintas das que tinha anteriormente ao ano 2020-2021?*, emergiu a categoria “Fatores causadores de stress nos educadores cooperantes”, tendo-se codificado 17 unidades de registo, a partir de 7 indicadores (conforme consta na Tabela 4). Os educadores inquiridos apontaram, de acordo com o elevado número de referências, fatores causadores de stress como a manutenção das orientações da DGS/SRS (11 unidades de registo) e a falta de contacto e partilha com outros grupos de crianças (2 unidades de registo). Com menor frequência (1 unidade de registo cada), mencionaram “Maior ansiedade e preocupação”, “Trabalho mais individualizado, rotineiro e menos criativo”, entre outras. Destacam-se 2 unidades de registo de educadores que mencionaram ter poucas ou nenhuma alterações nos comportamentos/attitudes durante este período.

Indicadores	Exemplos de unidades de registo	Frequência
Manter as orientações da DGS/SRS	"Paramos de nos cumprimentar com beijinhos que antes era muito comum."; "Maior cuidado e reflexão antes de implementar as atividades, relativamente ao possível perigo de contágio"; "Higienização diária de todos os jogos e alguns materiais da sala."; "Evitar levar materiais que não pudessem ser desinfetados"; "[senti falta da] partilha de materiais"; "troca de bata todos os dias, calçado apenas para utilização na sala"	11
Sentiu falta do contacto e partilha com outros grupos	"Isolamento face aos outros grupos"; "Não pude partilhar atividades com outros grupos"	2
Sem ou poucas alterações nos comportamentos/ atitudes	"Para além dos cuidados inerentes à pandemia, não considero ter tido atitudes diferentes das que tinha anteriormente."; "Ao longo deste período, sempre acolhi as crianças com um abraço, e quando precisavam dei colo"	2
Maior ansiedade e preocupação	"Ansiosa; preocupada"	1
Trabalho mais individualizado, rotineiro e menos criativo	"Trabalho mais individualizado; desempenho mais rotineiro e menos criativo."	1
Mais cansaço físico e psicológico	"Cansaço físico e psicológico devido à operacionalização das medidas de contenção da pandemia."	1
Pouca liberdade	"Falta de liberdade..."	1
Total de unidades de registo		19

Tabela 4 - Valores de frequência da categoria Fatores causadores de stress nos educadores cooperantes.

O que dizem os educadores de infância cooperantes

Os educadores de infância cooperantes foram confrontados com vários desafios na reorganização das suas práticas e nas suas relações com as equipas pedagógicas, com os encarregados de educação e com as crianças. Estes profissionais corresponderam ao que se lhes pediu, situação perceptível a partir dos resultados da categoria "Implementação de medidas baseadas

nas orientações da DGS”, garantindo a proteção das crianças e suas famílias. No entanto, é visível nas suas respostas, o impacto negativo que estas tiveram nos processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças, ao referirem que as crianças estiveram mais medrosas e carentes, perderam alguma espontaneidade e apresentaram-se mais individualistas.

Sobre o impacto nos próprios educadores, foram tempos de stress, de cansaço físico e psicológico e de grandes limitações na sua liberdade de desenvolvimento da prática pedagógica, com grandes condicionamentos no que diz respeito à desinfeção frequente das mãos e dos meios físicos envolventes (conforme a categoria “Fatores causadores de stress nos educadores cooperantes”).

Por outro lado, podemos encontrar algumas oportunidades, registadas na categoria “Medidas de intervenção pedagógica dos educadores de infância”, como a criação de momentos de aprendizagem em pequenos grupos — usando tecnologias digitais para a aprendizagem — e a potencializar os momentos nos espaços exteriores do estabelecimento educativo.

De referir, ainda, que algumas educadoras afirmaram que não alteraram as suas atitudes e práticas, no que diz respeito às interações com as crianças, pese embora com alguns cuidados específicos relativos à pandemia.

Conclusão

As vozes dos educadores de infância são fundamentais para a investigação em EI, pois estes têm um conhecimento *in loco*, socialmente e historicamente enquadrado, sobre como as crianças aprendem e se desenvolvem e sobre os contextos de Educação de Infância. São, então, o garante para que os resultados das investigações sejam relevantes para compreender este campo de estudo, nomeadamente a práxis necessariamente triangulada com ações, saberes teóricos e crenças/valores (Oliveira-Formosinho, 2007, referida por Mendes, 2020).

Ao analisar o período da pandemia de COVID-19, as vozes dos educadores de infância são extremamente importantes para entender o impacto desta sobre as crianças e as práticas pedagógicas na EI. Durante a pandemia, os educadores de infância, à semelhança de outros docentes, tiveram de se adaptar rapidamente para continuar a oferecer educação de qualidade às crianças em ambientes educativos desafiadores, porém em constante mudança e incerteza.

Face aos resultados obtidos, a partir da análise das respostas das educadoras de infância cooperantes participantes neste estudo, pode-se concluir que as medidas de controlo e prevenção da pandemia de COVID-19 resultaram num ambiente educativo limitador, consubstanciado nas práticas pedagógicas rotineiras e uniformes. As crianças ficaram privadas de atividades fundamentais para o seu desenvolvimento e aprendizagem em contexto de EI e o seu bem-estar foi prejudicado, o que requer uma atenção pedagógica especial, imbuída de cuidados emocionais e afetivos individualizados, por forma a minimizar, ou até mesmo anular, as sequelas que advieram da circunstância da pandemia vivida.

Por outro lado, o bem-estar emocional e profissional dos educadores de infância ficou evidentemente comprometido. Neste particular, parece-nos que o acompanhamento contínuo destes profissionais deve ser tido em conta, nomeadamente através de grupos de partilha de experiências vivenciadas como comunidades de aprendizagem, de formação e, ainda, de reflexão.

Para finalizar, importa, no nosso ponto de vista, colocar algumas interrogações para posteriores investigações, a saber: que medidas de prevenção e contenção se mantêm? Qual o impacto da manutenção destas medidas no desenvolvimento e aprendizagem das crianças, no período de pós-pandemia? Quais as perceções das estudantes estagiárias e dos seus orientadores da Universidade da Madeira e, ainda, das crianças e suas famílias, sobre o impacto das medidas de prevenção da pandemia de COVID-19? Seria importante avaliar estas questões perspetivando a oportunidade de refletir sobre desafios advindos deste contexto.

Referências bibliográficas

- Esteves, M. (2013). Análise de Conteúdo: Contributos para a elaboração de dissertações e teses. In J. P. Lima (Ed.), *Fazer investigação* (pp. 105-126). Porto Editora.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1993). *O Inquérito. Teoria e Prática*. Celta Editora.
- Goodson, I. (2015). *Narrativas em Educação: A Vida e a Voz dos Professores*. Porto Editora.
- Goodson, I. (2008). *Conhecimento e Vida Profissional. Estudos sobre educação e mudança*. Porto Editora.
- Lima, J. (2013, março). Por uma Análise de Conteúdo Mais Fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 47(1), 7-29. https://doi.org/10.14195/1647-8614_47-1_1
- Han, B. (2020). *A Sociedade Paliativa*. Relógio D'Água.

Silva, I., Marques, L., Mata, L., & Rosa, M. (2016). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar*. Ministério da Educação, Direção-Geral de Educação.

Mendes, G. (2020). *Linhas Curriculares e Práticas de Educação de Infância. Um estudo pelas vozes das crianças* [Tese de Doutoramento, Universidade da Madeira]. DigitU-Ma. <http://hdl.handle.net/10400.13/2726>

Legislação

Decreto n.º 14-A/2020, de 18 de março. Diário da República n.º 55/2020, 3.º Suplemento, Série I. [Invoca o estado de emergência decretado pelo Presidente da República].

Ofício Circular n.º 78/2020, de 21 de julho de 2020, Governo Regional da RAM/Direção Regional de Educação [Orientações para o ano letivo 2020/2021].

Ofício Circular n.º 94/2020, de 14 de setembro de 2020, Governo Regional da RAM/Direção Regional de Educação [COVID-19 — Comunidade Escolar — Orientações para o ano letivo 2020/2021].

Orientação n.º 25/2020, Governo da República Portuguesa/Direção-Geral de Saúde Governo Regional da RAM/Direção Regional de Educação [Orientação para COVID-19: Creches, Creches familiares e Amas].

Resolução n.º 121/2020, de 19 de março de 2020. Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira n.º 50/2020, Série I. [Determinação de um período de confinamento domiciliário para a população madeirense].

Resolução n.º 272/2020, de 30 de abril de 2020. Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira n.º 80/2020, Série I. [Declaração de Estado de Calamidade na RAM].

Resolução n.º 351/2020, de 23 de maio de 2020. Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira n.º 80/2020, Série I. [Determina a reabertura de creches, jardins de infância, infantários e unidades de educação pré-escolar].